

CONSIDERAÇÕES SOBRE CONCEITUALIZAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DA SAÚDE AMBIENTAL

Jacobo Finkelman

Ao longo das últimas décadas, houve uma evolução do paradigma da saúde. A saúde não mais se explica exclusivamente pela ausência de doença, apoiada principalmente em intervenções clínico-cirúrgicas ou em medidas preventivas tradicionais, mas sim como o resultado de ações de caráter interseccional que a considerem como um produto e, ao mesmo tempo, como um insumo do desenvolvimento. É evidente que os benefícios da saúde se refletem em aumento quantitativo da expectativa de vida, mas também em critérios qualitativos, como ingredientes essenciais do bem-estar. Esses novos rumos nos paradigmas da saúde foram claramente enunciados em grandes conferências mundiais, as quais, a partir da Carta

As relações entre saúde e qualidade ambiental devem ser revisadas e atualizadas à luz de novos desenvolvimentos filosóficos, éticos, científicos e tecnológicos, a fim de responder a novas realidades e a necessidades futuras.

de Ottawa de 1984, redimensionaram a importância da qualidade do meio ambiente que nos envolve como um espaço ecossocial, e revalorizaram o autocuidado da saúde com o fomento de condutas pessoais responsáveis.

Decorridos 25 anos da Conferência de Alma-Ata realizada em 1978, que concretizou progressivamente o conceito de saúde para todos, foi criado o marco de referência para que a defesa da saúde seja parte dos direitos de cidadania. Isto permitiu que a saúde, como um bem público,

se incorporasse à maioria das legislações nacionais e internacionais, estimulando o desenvolvimento de políticas destinadas a reduzir as desigualdades e iniquidades no acesso a serviços de saúde inte-

grais, com qualidade e capacidade resolutiva, em que os aspectos de promoção, prevenção e atenção fazem parte de um mesmo conjunto. A provisão de serviços de saúde é objeto de demandas políticas, sociais e econômicas crescentes e diferenciadas em diversos grupos da população.

O primeiro artigo da Carta do Rio, lançada na Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992, assinala o direito da população a um ambiente sadio, enunciado este que reafirma os elementos de equidade para todos os indivíduos e sociedades em relação a um ambiente que proteja sua saúde, seu bem-estar e seus valores culturais.

Embora a Comissão sobre o Desenvolvimento Sustentável tenha consagrado, em 1984, o princípio da solidariedade entre as gerações, de tal maneira que as gerações atuais não esgotem os recursos naturais que as gerações futuras irão necessitar, a Comissão apenas abriu a discussão sobre a sustentabilidade quanto ao consumo dos bens naturais, para que não excedam a capacidade de reposição da natureza. A experiência histórica mostra que os padrões de exploração dos recursos naturais, por um lado, e a acumulação dos resíduos perigosos e indesejáveis, por outro, superam as próprias taxas de crescimento demográfico e de reconstituição dos ecossistemas, aumentando de forma perigosa o passivo dos desequilíbrios ambientais acumulados e seus possíveis efeitos negativos sobre a saúde, criando condições cada vez mais desalentadoras.

Tal situação exige que a humanidade discuta novas alternativas aos atuais modelos de desenvolvimento e de crescimento econômico, tendo como referência uma nova ética que substitua os valores do consumismo e da acumulação – pilares da cultura atual dominante – e tratando de construir, com os diferentes interesses da sociedade, horizontes mais promissores,

baseados em relações mais solidárias entre os povos e entre os diferentes estratos populacionais. Isso pressupõe um cenário internacional com menor dependência econômica e tecnológica, além de comércio mais justo, no qual o respeito às relações entre as sociedades, a seus valores culturais e a seus entornos ambientais, seja efetivamente praticado e não somente conste dos discursos que apóiam um verdadeiro desenvolvimento sustentável. Embora a recente Conferência de Johannesburgo tenha aberto possibilidades para este debate, os resultados obtidos foram frustrantes.

Os rápidos avanços no desenvolvimento da biotecnologia, do uso de diversas fontes de energia tradicionais e alternativas, assim como de outras possíveis intervenções no ambiente natural, estão criando novas interações, com resultados possivelmente incertos, tanto no nível planetário quanto local. O avanço da ciência e da tecnologia é essencial para melhorar as condições de vida de todos, mas poderia ser regido por interesses mais éticos, em benefício da sociedade e não apenas como produto a serviço do atual modelo de desenvolvimento, baseado na acumulação ilimitada.

Tudo isso ocorre num mundo cada vez mais globalizado, que se caracteriza por cenários extraordinariamente dinâmicos e interdependentes, afetando direta e indiretamente todas as esferas da nossa vida, desde a governabilidade, as relações comerciais, os valores sociais e o acesso a tecnologias apropriadas, inclusive as interações do meio ambiente com a saúde individual e coletiva.

Nesse contexto, a tradicional definição de saúde ambiental, orientada para entender as relações entre a saúde e a qualidade ambiental, principalmente com vistas à redução dos riscos biológicos, químicos e físicos, está perdendo relevância e teria de ser revisada e atualizada, à luz de novos

desenvolvimentos filosóficos, éticos, científicos e tecnológicos, a fim de responder a novas realidades e a necessidades futuras.

Isso implica reconhecer a crescente complexidade dos fatores que intervêm no desenvolvimento sustentável, cujos efeitos sobre a saúde ambiental podem ser negativos ou positivos, como resultado das relações da população com o seu entorno, natural ou tecnologicamente modificado. Os riscos não podem ser entendidos como situações pontuais, mas sim como condições inerentes a processos sócio-ambientais, produtivos, culturais e políticos, com causas freqüentemente múltiplas e que afetam, simultaneamente, diversas esferas da nossa vida cotidiana.

O exposto nos leva a considerar que o novo paradigma de saúde ambiental está a demandar que as políticas públicas nessa área sejam revisadas como política de nível de Estado, para propiciar o equilíbrio entre as necessidades orientadas por critérios antropocêntricos e ecocêntricos e para fomentar, em seu conjunto, a participação responsável de todos os setores da população, assegurando, de forma progressiva, maior integralidade nas respostas. As políticas setoriais tradicionais, além de limitantes, só fortalecem a fragmentação das intervenções.

A realidade indica que, sobretudo nos países em desenvolvimento, os problemas acumulados e as necessidades emergentes excedem a capacidade instalada. A seleção de prioridades ainda responde a interesses fragmentados e dominados por demandas de curto prazo. Os recursos para atender a essas áreas são claramente insuficientes, no que se refere tan-

to ao número de especialistas quanto às possibilidades de financiamento. Também são inadequadas e, freqüentemente, burocratizadas, as relações entre os diferentes níveis de atuação, incluindo a participação dos grupos organizados da sociedade. Torna-se cada vez mais claro que as possíveis soluções não transitam exclusivamente nos espaços governamentais. Uma abertura maior é requerida para que os diagnósticos, o estabelecimento das prioridades e as possíveis soluções sejam o produto do trabalho de toda a sociedade.

Neste contexto e mediante a convocação da sociedade, o trabalho das autoridades de saúde poderia ser mais efetivo. Isto implica em que, além do trabalho normativo, metodológico e operacional necessário para poder proteger a saúde frente a riscos de exposição inaceitáveis, as autoridades de saúde, junto com todos os setores da sociedade, assumam de forma proativa amplos programas de comunicação que promovam o direito ao conhecimento e que permitam alertar a população sobre as situações de risco e suas possíveis repercussões em sua saúde individual e coletiva.

Sabemos que os problemas ambientais e suas possíveis repercussões na saúde transcendem as fronteiras nacionais, demandando, assim, um extenso trabalho colaborativo entre países e entre diversas agências internacionais.

Os desafios são enormes, mas à medida que as sociedades latino-americanas percorrem as trilhas da democracia, nossas perspectivas futuras, inclusive quanto aos temas relacionados com a saúde ambiental, podem fazer-nos sentir otimistas.

Jacobo Finkelman é médico, especialista em Saúde Pública e representante da Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde no Brasil.

jacobo@bra.ops-oms.org